MPV 586

00034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	_								
Data:		Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA № 586, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012							
Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS Nº do Prontuário									
☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa █ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐									
Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alinea:			Pág.
EMENDA ADITIVA									
Inclua-se onde couber:									
Art. XX. O art. 13, caput, e o art. 14, l, da Lei no 9.718, de 27									
de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:									
"Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-									
calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 72.000.000,00 (setenta e									
dois milhões de reais), ou a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)									
multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior,									
quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação									
com base no lucro presumido.									
						****************			"(NR)
	"A	\rt. 14	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	************	••••	••••••			•••••
	.	- cuja rece	eita tota	al, no and	o-ca	alendário ar	nte	rior	seja superior
ao limite de	R\$	72.000.0	00,00	(setenta	е	dois milh	õе	s c	le reais), ou
proporcional a meses;	ao n	iúmero de	mese	s do perí	od	o, quando i	nf	erio	r a 12 (doze)
	•••	***************************************	•••••	•••••••			• • • •	•••••	"(NR)
JUSTIFICAÇÃO									
	0	regime de	o lucro	presumic	lo i	na Tributaçã	žο	pel	o Imposto de
Renda das Pe	sso	as Jurídic	as (IRF	J) e da (Cor	ntribuição So	OC	ial s	sobre o Lucro





APRESENTAÇÃO DE EMENDAS										
Data: Proposiçã MEDIDA PROVISÓRIA Nº 586, DE 9	Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA № 586, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012									
Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS Nº do Prontuário										
☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☑ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐										
Artigo: Parágrafo: Inciso: A	línea: Pág.									
Líquido (CSLL) constitui um macanismo de tributa	ıção muito importante no									
Sistema Tributário Nacional, que convém tanto ao contribuinte quanto ao										
Fisco. Para o contribuinte, o regime simplifica o cumprimento das obrigações										
tributárias, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e										
arquivamento de documento a que estão sujeitas a	s empresas enquadradas									
no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime dim	inui consideravelmente o									
trabalho de aferição do imposto devido e a fiscalização do contribuinte.										
O regime de lucro presumido aplica	a-se apenas a empresas									
que não são de grande porte.										
Todavia, passado nove anos, ele	evação nos valores se									
impõem, para evitar que empresas sejam excluidas o	desse regime – mudando									
repentina e compulsoriamente de regime tributário	para outro muito mais									
honeroso – ou não possam optar pelo mesmo, e	m decorrência de mera									
defasagem nos valores reais da tabela do Fisco, vis	ando, por conseguinte, a									
assegurar a estabilidade no tempo do ônus tributário	sobre o contribuinte.									
	>									
Manufacture and Control of the Contr	ļ									

Assinatura: